



O País da Cocanha, de Bruegel, 1567

LÊNIA MÁRCIA MONGELLI é professora de Literatura na USP e secretária da Abrem.

Cocanha – A História de um País Imaginário, de Hilário Franco Júnior, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

LÊNIA MÁRCIA MONGELLI

Entre o real e o imaginário: o país da Cocanha

Em *Libertinagem*, no calor da hora moderna, Manuel Bandeira fez ecoar seu grito de rebeldia, contra o mundo e contra si mesmo, já que um destino supostamente trágico o ameaçava: “Vou-me embora pra Pasárgada / Lá sou amigo do rei / Lá tenho a mulher que eu quero / Na cama que escolherei”. Os versos são lapidarmente afirmativos de anseios que, em outro registro, Hilário Franco Júnior resume na conclusão de seu *As Utopias Medievais*: “O que diferencia o homem dos demais seres vivos não é produzir, construir, guerrear, jogar ou viver em sociedade (atividades de várias espécies animais), mas pensar e sonhar. Recordar e imaginar, isto é, ligar-se ao passado e ao futuro, dá um sentido ao presente, torna o homem – e nisso reside sua especificidade essencial – um ser histórico”. Corrigindo um pouco esta precisão, Fernando Pessoa nos ensina que “sonhamos” inclusive o passado, devido aos saltos a que a memória se obriga na passagem do tempo, muitas vezes descaracterizadores da possível nitidez dos fenômenos – lacunas que só a imaginação pode em última instância preencher, esgotadas as possibilidades comprobatórias dos documentos. O que importa é que a Pasárgada de

Bandeira – bem como qualquer projeto mirífico de redenção, tenha o nome que se lhe dê – está solidamente enraizada na conjuntura em que viveu o poeta, tanto interna, anímica, quanto externa, contextual. Se Pasárgada é divagação, nem por isso é menos real ou menos historicamente explicável, quer a situemos no momento presente, quer na “longa duração” mítica. Daí que *utopia*, ao contrário do que se vulgarizou, não significa evasão dos problemas ou iludir-se pela fuga, mas consciência – às vezes extremada e dolorosa – das limitações humanas e das carências sociais. Optando pelo caminho inverso é que a *utopia* melhor esclarece todas as formas indesejáveis de restrição.

Há muito o historiador e medievalista Hilário Franco Júnior, atual presidente da Abrem (Associação Brasileira de Estudos Medievais), vem refletindo sobre essa apaixonante questão, pois o seu livro antes citado, que examina sob um diapasão comum motivos “utópicos” singulares como a “androginia” ou o “Paraíso”, é de 1992. Bem recentemente, em 1997, outra obra sua, *A Eva Barbada* (da Edusp), que recebeu o prêmio Jabuti na categoria ensaios,

dedica pelo menos dois capítulos ao estudo dos mitos em geral, com a intenção de delimitar conceitualmente o aparente paradoxo dos chamados “mitos medievais”. Agora chegou a vez da *Cocanha*, país imaginário que apareceu sob forma escrita no século XIII e em circulação oral desde o XII, já analisada por Hilário do ângulo de sua deliciosa abundância n’*As Utopias Medievais* e aqui acrescida dos temas da “ociosidade”, da “juventude” e da “liberdade”. Uma versão medieval inglesa (provavelmente da passagem do século XIII ao XIV) e outras versões tardias completam o quadro dessa terra da Cocanha, que Jacques Le Goff, no prefácio à obra, considera como “um dos mais atraentes e sedutores países lendários que enriquecem a cultura popular e folclórica destes dois universos freqüentemente aparentados”. Se não bastasse o tema carismático para atrair a atenção do leitor brasileiro, ainda temos a excepcional escrita de Hilário Franco Júnior – num estilo límpido, conciso, objetivo, exemplar na recolha e ordenação do imenso material erudito com que lida, colhido nas fartas bibliotecas européias, freqüentadas com assiduidade a partir dos anos 90,

Descrição do país da Cocanha em gravura de 1606



como integrante do grupo de pesquisadores reunidos em torno de Le Goff. Debitese à conta de Hilário o talento para entrecruzar informações providas das mais diversas fontes, sempre respaldadas pelo texto de que parte e a que luminosamente retorna, num trabalho crítico que não hesita em lançar mão das ousadias interpretativas, quando solidamente amarradas aos documentos que as ensejaram. Podemos discordar de vários de seus pontos de vista e/ou até rejeitar certas proposições menos equilibradas, como talvez o farão historiadores puristas, aferrados às disquisições de método; mas não há como deixar de reconhecer o brilho do modelo de elevado ensaísmo.

Pena que o editor brasileiro tenha se encarregado de comprometer um pouco o prazer de nossa leitura, ao colocar no fim do volume as 61 páginas (quase outro livro!) das indispensáveis notas de rodapé – pelo menos para o especialista, que ali encontra informações preciosas. Para os que vão rigorosamente atrás de nota por nota, dá para calcular que o tempo gasto na leitura é duplicado, além do evidente desconforto do troca-troca de páginas. Perguntase: a quem atende a medida, se para o leitor comum, desinteressado das notas, não faz a menor diferença? Que as próximas edições estejam atentas à falha!

A narração sobre o país da Cocanha utilizada por Hilário e por ele mesmo traduzida é um curto poema de 188 versos, de anônima autoria, que sobreviveu em três diferentes manuscritos, um mais, outros menos completos. *Grosso modo*, trata-se do relato feito por um jovem, supostamente peregrino, que, por designação papal, vai “pedir penitência” em “uma terra / Onde vi muitas maravilhas” (vv. 20-1). Cheio de ironia e humor, ele descreve enumerativamente as tais “maravilhas” (muita comida, muita bebida, riqueza e sexo a fartar e mais uma “fonte da juventude”), até que, saindo em busca dos amigos para desfrutarem consigo desses deleites, perde o caminho de volta e não consegue reentrar na Cocanha. Termina reconhecendo melancolicamente seu erro ao abandonar o “país

das maravilhas” e aconselhando seus ouvintes: “Se vocês estão bem, / Não mudem por nada, / Senão podem acabar mal” (vv. 181-3). A estrutura do texto insere-se tão claramente na tradição dos contos de feição ou de remanescentes orais, que no último capítulo do livro, ao rastrear “versões tardias” (coleta eclética que permite referências tanto à *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, quanto à fábula de *João e Maria*, dos irmãos Grimm), Hilário desemboca no cordel nordestino, que chamou de “São Saruê” a sua Cocanha lendária.

Os objetivos do medievalista, definidos já no capítulo I e retomados quase que a cada verso do texto (trabalhado como “documento do imaginário da época” e não como “obra literária”, conforme previne na nota 29), são claros: “todo estudioso deve ver o maravilhoso não como manifestação literária exótica, mas como elemento pleno de significação histórica e social” (p. 27). Se acrescentarmos a este um outro pressuposto de instrumentalização do pesquisador – “toda manifestação utópica é fundamentalmente um produto coletivo e de longa gestação” (p. 34) – teremos as linhas básicas do método analítico de abordagem do texto, que será desmontado em seus mais imprevisíveis pormenores, à cata de rastros, indícios, gêneses, analogias e antíteses, às vezes através de uma única palavra polissêmica, trilhas perseguidas com feroz canino e muita habilidade, a fim de reconhecer na Cocanha um verdadeiro “mosaico textual”. (Antes de prosseguir, abra-se irresistível parêntese: não é curioso o esforço dos historiadores em estabelecer relações claras entre o “histórico” e o “literário” – é o que se depreende das citações acima – como se, apesar da revolucionária “mentalidade”, ainda se hesitasse em tomar o texto literário como *documento* de época? Digo curioso porque o texto literário como *testemunho* de época é dos fundamentos basilares – e mais antigos – da história da crítica literária...)

Com essa intenção, Hilário vai erguendo um majestoso painel dos anos cruciais dos séculos XII e XIII, cujas mudanças profundas anunciam claramente a

modernidade, sem descurar do diálogo contínuo e renovador mantido com o passado. Disciplinas como a Antropologia, a Psicologia, a Sociologia, a Etnografia e até a Linguística são postas a serviço de não poucas intrincadas questões econômicas, religiosas, políticas e sociais, que fizeram da chamada Idade Média Central um período de dilacerantes contrastes, entre a “fé” que perigava e a “razão” que se ia firmando nas universidades, no turbilhão das cidades e nas novas formas de relacionamento humano. A autêntica guerra de forças entre a Igreja e o Estado chega então a momentos de pico, quando movimentos como as Cruzadas ou o surgimento das ordens mendicantes atingem em cheio as camadas populares em sua espiritualidade mais profunda, em suas noções de valores hierárquicos e em sua função social. O paralelo entre esses tempos revolucionários e o teor paródico que se esconde sob a paisagem idealizada da Cocanha é a trave-mestra do livro de Hilário Franco Júnior.

Dos muitos exemplos que podemos oferecer deste fascinante balanço texto/contexto, fiquemos com o da Cocanha como a “terra da abundância” (embora o leitor vá se deliciar com o capítulo sobre a “liberdade” e a carnavalização debochada que no país das maravilhas se insinua sob as várias formas negadas de interdição, inclusive a sexual). Pela etimologia, o termo Cocanha está sempre ligado a uma característica alimentar: quer tenha vindo do latim (*coquere* = cozinhar), quer do provençal *cocanha* ou *coucagno* (derivado talvez de *coca*, *coque* = casca de ovo ou de certas frutas), do alemão *kokenje* (modernamente *kuchen* = bolo), do antigo irlandês *cucainn* (= cozinha, provisão) e assim por diante. Desse ponto de partida seguro, Hilário principia suas considerações: “Qualquer que seja a

explicação correta, ela está ligada à importância que se dava às atividades alimentares nas sociedades pré-industriais. Importância que não se devia apenas à pressão fisiológica decorrente da escassez na produção de alimentos, mas também ao caráter sagrado que tinha o ato de comer” (p. 59). Esta é a deixa para se focalizar, no texto, tudo que diga respeito não só à alimentação na Idade Média, como à produção e comércio de cereais, aos períodos cíclicos da agricultura, aos hábitos dos ricos e dos pobres, dos monges e dos senhores feudais, etc. Por que na Cocanha, embora se refiram tantas guloseimas industrializadas, não se menciona o *pão*, indispensável na mesa do homem medieval? Por que não há *água* (nem a Fonte da Juventude parece contê-la), sendo que no riacho corre metade *vinho tinto* e na outra metade *vinho branco*? Por que a carne ali é de *cervo* e de *ave* e também *peixe*, não outras quaisquer? Um simples verso que diz serem nas casas da Cocanha “os telhados de toicinho” dá margem às especulações sobre a figura do *porco* na França do medievo, que não exclui sua presença no imaginário como símbolo do Diabo, ou, no extremo oposto, ao lado de Santo Antônio, como na conhecida *Tentação* de Bosch, em princípios do século XVI.

Nessa linha de raciocínio sucedem-se as indagações ao texto. Pelas respostas, às vezes engenhosíssimas, vai-se compondo, fragmento por fragmento, o retrato do homem medieval. Mais além, como a terra é uma “maravilha” fantasiosa e tendo sido registrada pelas lentes sempre bifocais da ironia e da paródia, com ambigüidades jocosas que jamais se esgotam em si mesmas, a utopia da Cocanha põe na mira os sonhos de cada um de nós, nossa Pasárgada particular. Como fez Le Goff no prefácio, agradeçamos a Hilário por isso.